

---

## ENUNCIÇÃO


### Revista do Programa de Pós-graduação em Filosofia da UFRRJ

---

#### A Interação Psicofísica: do modelo intuitivo de Jonas ao modelo sistemático da FES

*The Psychophysical Interaction:  
from Jonas' intuitive model to the systematic model of SSP*

Wellistony Carvalho Viana\*

 <https://orcid.org/0000-0002-5456-2194>

**Resumo:** Nesse artigo, oferecemos um modelo de interação psicofísica a partir do modelo intuitivo de Hans Jonas, explicitado através do quadro teórico da filosofia estrutural-sistemática (FES). Para Jonas, não haveria responsabilidade moral se não houvesse uma dimensão espiritual diferente daquela material e se tal dimensão não fosse livre do determinismo neuronal. Contudo, Jonas não oferece uma explicitação sistemática de seu modelo, apresentando dificuldades para superar o dualismo radical cartesiano. Neste artigo, procura-se indicar uma solução para o problema da interação através do quadro teórico da FES. A grande vantagem da FES constitui a dissolução de grande parte do problema mente-corpo através de sua teoria do Ser como tal e em seu todo, que tematiza uma dimensão onibrangente capaz de interconectar intrinsecamente as dimensões corporal e espiritual. Para chegar a esta conclusão, o artigo rever uma série de conceitos e oferece uma nova concepção de causalidade capaz de interligar entidades ontologicamente diferentes, como são fatos primos mentais e físicos.

**Palavras-chave:** Hans Jonas, causalidade mental, Puntel, interação psicofísica, Ser.

**Abstract:** *In this paper, we offer a model of psychophysical interaction starting from Hans Jonas' intuitive model, explained through the theoretical framework of structural-systematic philosophy (SSP). For Jonas, there would be no moral responsibility if there were no spiritual dimension different from the material dimension and if such a dimension were not free from neuronal determinism. However, Jonas does not offer a systematic explanation of his model, presenting difficulties in overcoming the radical Cartesian dualism. In this paper, we try to indicate a solution to the problem of interaction through the theoretical framework of SSP. The great advantage of SSP constitutes the dissolution of much of the mind-body problem through its theory of Being as such and as a whole, which thematizes an onibranging dimension capable of intrinsically interconnecting the bodily and spiritual dimensions. To reach this conclusion, the*

---

\* Doutor em Filosofia pela *Hochschule für Philosophie*, de Munique. Professor da Pontificia Università Gregoriana (PUG) – Roma – Italia. Professor do Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí (ICESPI) – Teresina/Piauí – Brasil. É membro do Grupo de Pesquisa Hans Jonas do CNPq e do GT Hans Jonas da ANPOF. Contato: [w.carvalho@unigre.it](mailto:w.carvalho@unigre.it)

*paper reviews a number of concepts and offers a new conception of causality capable of interconnecting ontologically different entities, as are mental and physical prime facts.*

**Keywords:** Hans Jonas, mental causality, Puntel, psychophysical interaction, Being.

## Introdução

A interação causal entre mente e corpo constitui um dos “nós do conhecimento humano”, como afirmou certa vez Schopenhauer. Com o desenvolvimento da neurociência, conseguimos visualizar a correlação entre estados mentais e estados neuronais, sugerindo a muitos a redução dos primeiros aos segundos. Contudo, a correlação representa apenas o *easy problem* da conexão corpo-mente e não resolve aquele *hard problem*, sobre o qual nos alertou D. Chalmers, a saber: *por que* estados mentais acompanham estados físicos? A saída mais comum para esta difícil questão consiste na redução do mental ao físico, que traz consigo uma ontologia incoerente e cheia de lacunas. De fato, num modelo fisicalista, a única forma de salvar o poder causal de estados mentais é negar sua originalidade ontológica. A outra saída representa o epifenomenalismo, que aceita a diferença entre propriedades mentais e físicas, mas pagando o preço de renunciar à eficácia do mental no mundo físico. Um modelo que procure resgatar o *status* ontológico único do mental e defender sua eficácia no mundo físico terá que lidar com o problema da interação, ou seja, deverá indicar *como* estados mentais podem influenciar estados neuronais.

Nesse texto, procuramos oferecer um modelo de interação psicofísica a partir do modelo intuitivo de Hans Jonas, explicitado através do quadro teórico da filosofia estrutural-sistemática (FES)<sup>1</sup>. A interação psicofísica era um tema caro à ética de Jonas, mesmo que tenha escrito pouco sobre o tema. De fato, não haveria responsabilidade moral se não houvesse uma dimensão espiritual diferente da material e se tal espírito não fosse livre do determinismo neuronal. Contudo, como oferecer tal modelo sem cair nas aporias do dualismo? Neste artigo, procura-se indicar uma solução para este problema através do quadro teórico da FES. A grande vantagem desse quadro teórico constitui a dissolução de

<sup>1</sup> A Filosofia Estrutural-Sistemática encontra seus fundamentos no livro de L. B. Puntel *Struktur und Sein* (2006). Citamos ao longo do texto a tradução em português: Puntel, L.B. *Estrutura e ser. Um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática*. Trad. Nélio Schneider, São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2008.

grande parte do problema mente-corpo baseado na sua teoria do Ser como tal e em seu todo, que tematiza aquela dimensão oníabrangente capaz de interconectar intrinsecamente as dimensões material e espiritual. Além disso, é preciso oferecer uma nova concepção de causalidade capaz de interligar entidades ontologicamente diferentes, como são fatos primos mentais e físicos.

Para atingir esta conclusão, fazemos o seguinte percurso: primeiro, esclarecemos o problema da causação mental e apresentamos uma das mais prestigiadas soluções fisicalistas, a saber: o reducionismo funcional de Jaegwon Kim. Prosseguimos com uma crítica à posição de Kim com base em alguns princípios da FES. Depois, apresentamos o modelo especulativo de interação psicofísica de Hans Jonas, a fim de retomá-lo numa perspectiva mais sistemática.

### **O problema da causação mental**

A causalidade psicofísica constitui de longe o maior problema filosófico da modernidade, depois de Descartes. Como a *res cogitans* pode interagir causalmente com a *res extensa*, uma vez que as duas são substâncias completas e diferentes? A teoria de Descartes não convenceu nem mesmo a jovem princesa Elisabete da Boêmia, que em 1643 põe as fragilidades da teoria do mestre:

Como a alma humana pode determinar o movimento dos espíritos animais no corpo, de modo a executar atos voluntários, uma vez que é meramente uma substância consciente? A determinação do movimento parece surgir sempre do movimento do corpo impulsionado, depender do tipo de impulso que ele recebe do outro, ou ainda, depender da natureza e da forma da superfície deste último. As duas primeiras condições envolvem o contato, e a terceira envolve que a coisa propulsora tenha extensão; mas você exclui totalmente a extensão [da substância consciente], a partir do seu conceito de alma, e o contato parece-me incompatível com uma coisa imaterial<sup>2</sup>.

É conhecida a intuição da glândula pineal de Descartes, que, embora não tenha convencido seus críticos, vem resgatada por muitos filósofos dualistas contemporâneos, que acreditam acontecer a interação entre mente e corpo em alguma região quântica no cérebro. Ao contrário do que parece, a interação psicofísica não constitui um enigma apenas para as posições dualistas. Também posições monistas fisicalistas, sejam elas reducionistas ou não reducionistas, precisam discutir o problema a fim de enfrentar um

---

<sup>2</sup> ANSCOMBE, G.E.M./Geach, P.T. *Descartes: Philosophical Writings*. Indianapolis: Bobbs-Merrill Company, 1954, p. 274.

adversário comum: o epifenomenalismo. Essa posição afirma que o mental não tem nenhum poder no mundo físico, levando à total renúncia da ação livre do sujeito e ao desmoronamento da compreensão ocidental de liberdade, responsabilidade moral, punição e recompensa. De um lado, o fisicalismo reducionista pensa que existe apenas uma forma de salvar o poder causal de estados mentais, isto é, reduzindo-os a estados neuronais. De outro lado, o dualismo interacionista e o fisicalismo não reducionista pretendem salvaguardar a irreducibilidade de estados mentais e seu poder causal, mas encontram dificuldades para explicar *como* realmente estados mentais *qua* mentais interagem com estados físicos.

O impasse da causação psicofísica pode ser explicitado através de um trilema<sup>3</sup>:

- (1) Fenômenos mentais são fenômenos não físicos
- (2) Fenômenos mentais são causalmente efetivos no campo dos fenômenos físicos
- (3) O campo dos fenômenos físicos é causalmente fechado.

A tese (1) afirma a originalidade ontológica do mental. A tese (2) assevera que estados mentais são eficazes no mundo físico e a tese (3) defende que o mundo físico é causalmente fechado, ou melhor, todo efeito físico é produzido por uma causa física. Ora, segundo o trilema, se alguém quiser defender as teses (1) e (2), terá que renunciar à tese (3), quer dizer: defender que estados mentais são ontologicamente diferentes de estados físicos e, ao mesmo tempo, aceitar que tais entidades mentais causam algum efeito no mundo físico, exige a renúncia da tese de que o mundo físico seja causalmente fechado, isto é, que algum efeito físico possa ser produzido por uma causa não física. Essa opção é aquela defendida pelo *dualismo interacionista* e, de forma incoerente, pelo *fisicalismo não reducionista*. Advogar pelas teses (1) e (3), forçaria à renúncia da tese (2), pois dizer que estados mentais são originais e o mundo físico é fechado causalmente significa asseverar que o mental *qua* mental é ineficaz no mundo físico. Esta constitui a posição *epifenomenalista*. Enfim, afirmar (2) e (3), significaria abdicar da tese (1), uma vez que a tese da eficácia do mental coadunada com o fechamento causal do mundo físico leva ao abandono da originalidade do mental, o que constitui a posição *fisicalista reducionista*.

<sup>3</sup> Cf. BIERI, P. “Generelle Einleitung”, In: *Analytische Philosophie des Geistes*. Königstein: Hain, 1997, p.5.

Como bem se percebe no trilema, está em jogo não apenas a interação entre mental e físico, mas a constituição ontológica do mental. Na verdade, a tese (1) distingue dualistas de monistas fisicalistas, embora ambos defendam a tese (2) da interação. A interação defendida pelo dualista fere uma convicção básica dos fisicalistas, a saber: que o mundo físico está fechado para um tipo de causalidade não física. De acordo com fisicalistas, esta intuição é forte o bastante para determinar a natureza ontológica do mental, constituindo uma razão suficiente pela qual se deve aceitar o monismo e não o dualismo. O argumento do fisicalista reducionista é simples: como no mundo físico só pode ocorrer uma causalidade física e não se pode negar que o mental exerça uma influência no mundo físico, então o mental deve ser reduzido a uma entidade física. O dualista interacionista prefere abdicar da intuição do fechamento causal por achar que deve pagar um preço alto demais para conservá-la, a saber: negar a originalidade ontológica do mental. Vê-se, portanto, que um dos obstáculos da discussão ontológica entre dualistas e fisicalistas reducionistas gira em torno da interação psicofísica e da compreensão do que seja causalidade. O fisicalismo mínimo de Jaegwon Kim ilustra bem toda esta problemática.

A redução do mental ao físico constitui para Kim a única saída para salvaguardar o poder causal do mental. De fato, Kim defende um reducionismo funcional do mental fundamentado em três princípios de seu fisicalismo metodológico<sup>4</sup>:

- 1) Princípio do fechamento causal do mundo físico (PFC)
- 2) Princípio da exclusividade causal (PEC)
- 3) Princípio da superveniência (PS)

Na concepção de Kim, o PFC vem sustentado pelo PEC e PS. O PEC afirma que nenhum efeito tem duas causas suficientes, sendo preciso excluir uma delas, caso algum evento apresente uma aparente sobredeterminação causal. O PS defende que todo evento mental possui uma base física. Com os três princípios, Kim pensa obrigar a uma escolha pelo reducionismo da seguinte forma:

Suponhamos que um evento mental, *m*, cause um evento físico, *p*. O princípio do fechamento causal afirma que também deve haver uma causa física de *p* – um evento, *p*<sup>\*</sup>, ocorrendo ao mesmo tempo em que *m*, que é uma causa suficiente de *p*. Isto nos coloca

---

<sup>4</sup> Cf. KIM, J. *Physicalism, or something near enough*, Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2005; KIM, J. *Philosophy of mind*. 3<sup>rd</sup>. ed. Boulder, CO: Westview Press, 2011.

em um dilema: ou nós temos que afirmar que  $m=p^*$  – isto é, precisamos identificar a causa mental com a causa física num único evento – ou afirmar que  $p$  tem duas causas distintas,  $m$  e  $p^*$ , isto é, ele é causalmente sobredeterminado. O primeiro caminho nos leva a reduzir a causalidade mental sobre o físico a uma instância de causalidade do tipo físico sobre físico, um resultado que agradaria apenas a um fisicalista reducionista. Pegar o segundo caminho do dilema nos forçaria a admitir que cada caso de causalidade do tipo mental sobre o físico constitui um caso de causalidade sobredeterminada, em que a causa física, mesmo que a causa mental não tivesse ocorrido, teria produzido o efeito físico. Isto parece algo bizarro de acreditar, mas à parte disso, parece enfraquecer o status do evento mental como causa do efeito físico. Para fazer jus a  $m$  como uma total e genuína causa de  $p$ , nós deveríamos ser capazes de mostrar que  $m$  pode produzir  $p$  por sua própria conta, sem pressupor o sincronismo do evento físico, que também serve como causa suficiente de  $p$ .<sup>5</sup>

A certa altura do texto citado, Kim sugere que  $p$  poderia ter duas causas, uma mental  $m$  e uma física  $p^*$ . A necessidade de uma causa física  $p^*$  para  $p$  advém de PFC. Ora, mas nesse caso, argumenta Kim, teríamos aparentemente duas causas suficientes para  $p$  (i.e.,  $m$  e  $p^*$ ), o que vem excluído pelo PEC, que aceita apenas uma causa suficiente para um evento. A saída de Kim, então, é eliminar uma das causas através da redução, isto é,  $m$  precisa ser reduzida/identificada a  $p^*$ , a fim de respeitar o PFC. Se o dualista quisesse seguir a outra estrada, defendendo a originalidade de  $m$ , ele esbarraria, segundo Kim, no PS da seguinte forma: PS afirma que todo evento mental possui uma base física subveniente. Assim, a base física de  $m$  constitui  $p^*$ , o que leva à pergunta se, realmente, foi  $m$  a produzir  $p$  através de seu próprio poder ou apenas através do poder de  $p^*$ . A questão seria resolvida mais uma vez com o PFC, não deixando saída para o dualista e forçando-o a aceitar a redução do mental, a fim de salvar a interação causal e não cair no epifenomenalismo.

O argumento de Kim é consequente, mas traz uma série de pressuposições, sendo a maior delas a validade dogmática de PFC. Na verdade, tal princípio se baseia numa concepção ingênua de causalidade, reduzida à transferência de estados físicos entre o evento-causa e o evento-efeito. Se PFC for inválido, então Kim não tem porque concluir que  $p$  precisa ter apenas uma causa  $p^*$ , excluindo *a priori* uma causa  $m$  não física. Como veremos adiante, uma concepção mais abrangente de causalidade não exclui a possibilidade de que haja um processo causal que una  $m$  a  $p$ . No entanto, é preciso dizer algo também sobre PEC e PS, que sustentam o PFC de Kim. Que devamos admitir apenas uma causa suficiente para um efeito não constitui o problema, mas isso não exclui uma complementaridade entre causa necessária e suficiente na produção de um efeito. Como

<sup>5</sup> KIM, J. *Philosophy of mind*. 3<sup>rd</sup> ed. Boulder, CO: Westview Press, 2011. p. 215.

nos ensinou Mackie, a causa de um evento representa não mais que um INUS, i.e., uma “*Insufficient but Non-redundant part of an Unnecessary but Sufficient condition*”<sup>6</sup>. Ou seja, dizer que  $m$  produziu  $p$  através de seu próprio poder, não dispensa que  $m$  tenha uma base física  $p^*$ , que contribuiu de forma necessária, mas não suficiente para produzir  $p$ . Nesse caso,  $m$  e  $p^*$  agiriam como *uma* estrutura psicofísica na produção de  $p$ , isto é:  $m$  e  $p^*$  seriam aquela estrutura não necessária, mas suficiente para produzir  $p$ , sendo que  $m$  representaria aquela parte insuficiente, mas não redundante na produção do efeito. Isto significa que o efeito  $p$  seria produzido pela estrutura psicofísica devido, especialmente, a  $m$  e não a  $p^*$ .

Ilustremos o caso com um exemplo. Digamos que  $m^*$  seja a dor de cabeça de Pedro, que produziu uma decisão  $m$  de procurar alívio. A decisão  $m$  produz um comportamento  $p$  de ir até o armário e pegar um analgésico. Vemos aqui um mental  $m^*$  produzir outro mental  $m$  e esse produzir um efeito físico  $p$ . Os estados mentais  $m^*$  e  $m$  certamente têm também uma base física  $p^{**}$  (excitação da Fibra C) e  $p^*$  (outra determinada configuração neuronal), que ocorrem ao mesmo tempo que  $m^*$  e  $m$ . Ora, dizer que todo o poder causal que produziu  $p$  é devido a  $p^*$ , tornando supérfluo o estado mental  $m$  e  $m^*$  é afirmar que, mesmo que Pedro não tivesse  $m$  e  $m^*$ , ele teria ido ao armário pegar um analgésico, ou seja, teria produzido  $p$ . Isto, no entanto, não explicaria nossa intuição básica de que Pedro foi ao armário movido por sua decisão ( $m$ ) a partir de sua dor de cabeça ( $m^*$ ). Declarar que  $m$  é idêntico ou reduzido a  $p^*$  seria dizer que  $p^*$  tem qualidades do tipo semântico-intencional, como a disposição de buscar alívio. Em poucas palavras, afirmar que  $p^*$  e  $p^{**}$  têm disposição para provocar  $p$  sem  $m$  e  $m^*$ , seria conferir a  $p^*$  e  $p^{**}$  não apenas um poder físico-neuronal, mas elementos semânticos-intencionais próprios ao comportamento de  $p$ . Esta solução parece realmente bizarra e nos convida a procurar outra capaz de salvaguardar a irreduzibilidade e o poder causal próprio de estados semânticos-intencionais.

Entretanto, uma solução capaz de salvaguardar a originalidade de  $m$  nos obriga a avaliar também o PS. O que significa uma superveniência de estados mentais sobre estados físicos? Como sabemos, existem vários tipos de superveniência de acordo com o grau de covariação entre entidades superiores e inferiores<sup>7</sup>. Se há uma covariação com valor 0 entre duas entidades, então, a independência entre elas é total, levando à

<sup>6</sup> Cf. MACKIE, J.L. *The Cement of the Universe*, Oxford: Oxford University Press, 1974, p. 62.

<sup>7</sup> Cf. BRÜNTRUP, G. *Das Leib-Seele-Problem: Eine Einführung*. 3. Auflage, Stuttgart: Kohlhammer, 2008, p. 74.

irredutibilidade e separação entre estados superiores e inferiores. Ao contrário, se a covariação for máxima, então, afirma-se uma dependência cabal ou redução de estados superiores aos inferiores. Contudo, pode haver também uma covariação mínima ou parcial, capaz de garantir, ao mesmo tempo, seja uma interdependência entre as entidades, seja uma irredutibilidade dos estados superiores. Kim escolhe defender uma máxima superveniência capaz de reduzir estados mentais intencionais a estados neuronais. A ideia de Kim é que a máxima superveniência conduz a uma redução funcional de estados mentais a estados neuronais, isto é, a base física deveria ser capaz de exercer a mesma função ou poder causal de estados mentais-intencionais. Não obstante, deve-se perguntar se tal redução funcional faz jus a todos os elementos contidos nas entidades mentais. O que significa dizer que uma base físico-neuronal é capaz de exercer a mesma função de uma disposição intencional, carregada de conteúdos semânticos? Como os conteúdos semânticos-intencionais podem ser *reduzidos* à energia, momentum etc. nas interações neuronais? Ora, os impulsos elétricos ocorridos nas sinapses carregam consigo nada mais que partículas e ondas de energia. Afirmar que se pode fazer uma redução funcional de conteúdos semânticos intencionais a quarks, léptons e bósons, constitui afirmar mais do que a atual física pode constatar.

### **Princípios reguladores na FES**

A FES defende três princípios diferentes daqueles de Kim, que nos ajudam a reavaliar o problema da interação psicofísica, vale a dizer:

- 1) Princípio do fechamento holístico (PFH)
- 2) Princípio da configuração holística (PCH)
- 3) Princípio da complementaridade causal (PCC)

O primeiro princípio (PFH) assevera que “tudo o que acontece no processo evolutivo do universo foi, desde o início, uma potencialidade ontológica, entendida como um fator estrutural imanente do processo como um todo”<sup>8</sup>. Tal princípio se contrapõe ao princípio do fechamento causal (PFC) da seguinte forma: o mental não consiste numa entidade surgida como algo “radicalmente novo” na história da evolução. Se, em certa

---

<sup>8</sup> PUNTEL, LB. “Response to Prof. Sovik’s Letter”, 2015 (texto não publicado).



altura da evolução, apareceu o mental é porque ele já estava presente como *possibilidade* nas estruturas físicas do universo. Isto mostra que o universo físico não é uma estrutura fechada, mas um *todo orgânico* onde vários tipos de entidades interagem. Obviamente, para defender o PFH é preciso mostrar que o mental não pode ser reduzido ao físico. Em poucas palavras, a FES defende o seguinte argumento contra tal redução<sup>9</sup>:

- 1) “A intencionalidade alcança sua realização máxima no conhecimento verdadeiro”
- 2) “Havendo verdade ou conhecimento, ‘captamos’, ‘articulamos’ ou ‘alcançamos’ os próprios objetos, isto é, (a) realidade (o universo, o ser em seu todo) ou um recorte dela”
- 3) “Há conhecimento de todos os possíveis ‘objetos’ ou ‘estados de coisas’ pois, em princípio, nada está fora do alcance intencional do espírito humano”
- 4) Ora, uma *explicação física* de um conhecimento verdadeiro sobre objetos físicos não é possível,
- 5) Assim, também não é possível a *redução física* de estados mentais intencionais que produzem o conhecimento verdadeiro.

Este argumento pode ser esclarecido com um exemplo concreto de conhecimento empírico verdadeiro, oferecido por Puntel em *Estrutura e Ser*:

Um componente fixo da física cosmológica moderna, que não é seriamente posto em dúvida por ninguém, é que existem sistemas estelares a muitos anos-luz de distância da Terra: de 160.000 anos-luz (isto é o quanto dista da Terra a galáxia conhecida como Grande Nuvem de Magalhães) até cerca de 13 bilhões de anos-luz (é a distância da Terra até uma galáxia ‘delgada’ descoberta em 2004. A questão é, pois: como se explicaria *fisicamente* tal conhecimento? Seria possível pensar uma explicação física para ele? A resposta inequívoca é esta: com base na física atual, tal conhecimento não é fisicamente explicável<sup>10</sup>.

Por que não se pode explicar *fisicamente* tal conhecimento? Pela simples razão de que, se o conhecimento sobre tal galáxia constitui um conhecimento *verdadeiro*, significa dizer que o ato intencional capturou, ou melhor, *compreendeu* a galáxia realmente como ela “é”. Fazer tal afirmação indica que nosso espírito entra *em conexão* com a galáxia mesma e não com um simples *dado sensível* que chega a nossos

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 383.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 383.

sentidos, anos-luz depois que foram irradiados pela galáxia. Entrar-em-conexão (real) com um tal objeto não acontece de uma forma puramente física, senão mental. *Entrar-em-conexão* neste caso denuncia que o ato de compreender é essencialmente diferente de um simples capturar ou pegar elementos físicos. Um ato não pode ser reduzido ao outro. Uma *explicação física* do “compreender” significaria, no exemplo de Puntel, a redução de tal ato a um contato físico do espírito ou do ato intencional com a coisa mesma, no caso com galáxias que distam da Terra cerca de 13 bilhões de anos-luz, o que é impossível, pois os “portadores físicos” do conhecimento teriam que ultrapassar a velocidade da luz para entrar nesta suposta *conexão física* com o espírito. Ora, a “velocidade da luz” ( $c_0 \approx 299.792.458$  m/s no vácuo) é o limite de qualquer velocidade para a matéria ou energia de acordo com a física atual. Nesse sentido, uma *explicação física* desta suposta *conexão física* entre o espírito e tais galáxias exigiria quebrar as próprias leis da Física para ser coerente! Puntel então conclui: se não é possível reduzir o ato intencional de compreensão de uma realidade empírica a algo puramente físico, então não será também possível reduzir o espírito/mente a algo puramente físico. O espírito/mente é *coextensivo intencionalmente* a todos os possíveis “objetos” e “estados de coisas”, o que não acontece com “estados físicos”.

Contudo, a originalidade ontológica do mental não significa que estados mentais e físicos representam dois mundos separados e completos, como ensinou Descartes. O PFH defendido pela FES mostra que a realidade é formada de várias dimensões interdependentes e irredutíveis com uma via comum de acesso entre elas, a saber: a dimensão oniabrangente do Ser. Defender o PFH também não significa que o mental surgiu no processo evolutivo como sendo gerado ou causado pelas estruturas físicas. A FES prefere endossar a ideia de que entidades mentais surgiram através de um *desdobramento* de potencialidades já encrustadas no universo. Em poucas palavras, o PFH revela uma realidade multi-ontológica, onde entidades físicas, vitais, mentais, lógico-matemáticas, ideais (e outros tipos de fatos primos) constituem entidades diferentes e irredutíveis umas às outras, mas sempre unidas por uma conexão interna, melhor dizendo, pela dimensão oniabrangente do Ser.

O segundo princípio (PCH) revela a conexão fundamental entre mental e físico na *configuração* pessoa humana. A questão em jogo neste princípio é a conexão de superveniência/subveniência entre o mental e físico. Uma vez aceito o PFH, não é difícil concluir que uma complexa configuração como a pessoa humana apresente uma unidade

singular de várias dimensões, sendo as principais a mental e a corporal. Concretamente, pode-se anunciar que estados mentais têm uma base física subveniente, mas entendida da seguinte forma: devido à união psicofísica da configuração humana, não existe nenhuma estrutura psíquica que não esteja conectada a uma estrutura física, como não há nenhuma estrutura física que não venha acompanhada pela dimensão psíquica<sup>11</sup>. Nesse caso, acontece uma superveniência de estados mentais sobre estados físico-neuronais, significando apenas uma *interdependência* entre as duas dimensões e não redutibilidade de uma à outra. A irredutibilidade de estados mentais se mostra exatamente através de sua função semântico-intencional, impossível de ser reduzida em termos puramente físicos, como vimos acima. Por esse motivo, a concepção de superveniência da FES difere substancialmente daquela de Kim.

Por fim, o terceiro princípio (PCC) procura mostrar que: devido à estrutura holística da pessoa humana, estados mentais e estados físicos trabalham causalmente de forma complementar na produção de um efeito. Por certo, uma vez que defendemos a variedade ontológica e a interdependência irredutível entre estados mentais e físicos, pergunta-se agora como é possível uma dimensão interagir causalmente com a outra. Para entender este ponto é preciso rever dois conceitos deste problema: de um lado, o conceito de causalidade, de outro lado, o conceito de diferença ontológica. No debate da interação psicofísica, o conceito de causalidade vem reduzido, geralmente, à transferência de algum elemento físico (energia, momentum) do evento-causal para o evento-efeito. No entanto, tal concepção não consegue explicar a maior parte das conexões causais existentes, além de esbarrar em sérias lacunas explicativas de fenômenos causais puramente físicos<sup>12</sup>. Segundo uma *teoria estrutural-sistemática de causalidade*, pode-se entender a conexão causal como uma transmissão de fatos primos, sejam eles de que natureza forem. Retomaremos esta questão mais abaixo. Quanto ao conceito de diferença ontológica,

---

<sup>11</sup> Em nosso mundo real, pode-se falar em *superveniência* e *subveniência* como duas perspectivas de um mesmo todo multidimensional, vale dizer: se tomarmos as entidades físicas como ponto de partida, deve-se afirmar que sobre toda entidade física *supervem* (pelo menos de forma indireta ou potencialmente) entidades não físicas; se tomarmos as entidades não físicas atualizadas/desdobradas como ponto de partida (como por exemplo, o mental), deve-se dizer que tais entidades não físicas têm uma base física *subveniente* (cf. PUNTEL, L.B. “Response to Prof. Sovik’s Letter”, 2015). No caso da pessoa humana, mental e físico são interdependentes e irredutíveis.

<sup>12</sup> Procuramos analisar este problema em VIANA, W. C. “A Filosofia Estrutural-Sistemática e o problema da causalidade”, In: *Gregorianum*, Roma (forthcoming).

deve-se dizer o seguinte: entre mental e físico não existe uma diferença radical, mas apenas parcial, uma vez que ambas as dimensões não são mais do que *modos de Ser*.

Com base nestes três princípios, podemos retomar o problema da causalidade mental. Desde já fica claro que os princípios assumidos por Kim não constituem a única leitura possível acerca do que seja o mundo físico, a causalidade e a interdependência entre mental e físico. No próximo tópico, vamos analisar uma proposta intuitiva de interação psicofísica. Trata-se do modelo interacionista de Hans Jonas. O objetivo é mostrar como Jonas intuiu de forma certa a direção por onde deveria andar a conexão causal entre mente e cérebro. De posse desse modelo, tentaremos sustentá-lo a partir dos três princípios assumidos pela FES.

### **O modelo de interação psicofísica de Jonas**

Como vimos, muitos filósofos tentam resolver o problema da interação psicofísica ou reduzindo o mental ao físico ou negando a eficácia do mental no mundo físico. Mais tímidas são as tentativas de elaborar um modelo de interação a partir da real diferença ontológica entre mental e físico. O desafio de interacionistas consiste em banir o dualismo moderno, sem rejeitar a dualidade, oferecendo um modelo explicativo de *como* acontece a interação entre mente e cérebro. Tal empreita é árdua e, por enquanto, legada ao âmbito da especulação devido à convicção hodierna de que uma interação psicofísica deve se “localizar” no cérebro em zonas escuras do infinito mundo quântico. A dificuldade da tarefa não deve inibir a criatividade filosófica, muito menos nos forçar a encontrar o caminho mais cômodo, optando pelo reducionismo ou epifenomenalismo. Esta foi a convicção de um filósofo como Hans Jonas, que ousou oferecer um modelo especulativo de interação, que podemos aqui aproveitar para fins sistemáticos.

A interação psicofísica não era o principal interesse filosófico de Jonas. Conhecido como um filósofo engajado na fundação de uma nova ética para a civilização tecnológica através de seu “princípio responsabilidade”, Jonas é também conhecido por sua ontologia da vida, na qual defende a liberdade do organismo frente ao mecanicismo e fisicalismo. Defender a liberdade, desde sua aurora até sua plena realização no ser humano representava uma tarefa essencial para a ética da responsabilidade. De fato, sem liberdade humana não existe responsabilidade moral. Nesse sentido, Jonas viu a importância de mostrar a absurdidade do epifenomenalismo, além de oferecer um modelo

especulativo de interação capaz de salvaguardar o poder da subjetividade humana frente as correntes deterministas da física e neurociência. Em seu famoso livro “*Das Prinzip Verantwortung: Versuch einer Ethik für die technologische Zivilisation*”, Jonas havia escrito um capítulo sobre o poder da subjetividade, mas não o incluiu na obra por receio de alongar demais a temática e desviar-se do assunto principal. Assim, o capítulo “*Macht oder Ohnmacht der Subjektivität?*” foi ampliado e lançado como um opúsculo a parte. Apesar do livro focar numa argumentação contra o epifenomenalismo, o que nos interessa aqui é seu modelo explicativo da interação psicofísica, que Jonas oferece não como um argumento conclusivo, mas apenas como um *plus* especulativo<sup>13</sup>.

Jonas elabora um modelo explicativo de acordo com a física quântica, procurando compatibilizar as determinações da liberdade com o indeterminismo atômico. De início, ele oferece um experimento mental, que consiste em imaginar um cone geometricamente perfeito e enorme colocado de ponta para baixo e equilibrado numa superfície. O equilíbrio é instável e o cone pode pender e cair aleatoriamente para qualquer lado. Se uma força, por mínima e imperceptível que seja no nível macroscópico, for produzida sobre o cone o levará a pender para um lado de forma lenta e progressiva até determinar o seu curso e sua queda. A força inicial pode ser tão pequena a ponto de representar um “nada de força”, mas que pode determinar todo o movimento posterior do cone gigante. A figura 1 procura ilustrar o experimento mental de Jonas.

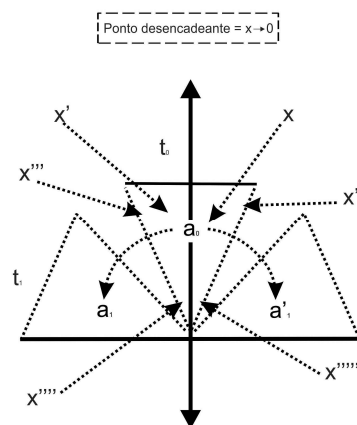


Figura 1: Pontos desencadeantes <sup>14</sup>

<sup>13</sup> Nesta apresentação do modelo especulativo de Jonas seguimos VIANA, W.C. *Hans Jonas e a filosofia da mente*, São Paulo: Paulus, 2016, cap. 10.

<sup>14</sup> [https://de.wikipedia.org/wiki/Datei:Jonas\\_Subjektivit%C3%A4t\\_Ausl%C3%B6ser\\_Kegel.jpg#/media/File:Jonas\\_Subjektivit%C3%A4t\\_Ausl%C3%B6ser\\_Kegel.jpg](https://de.wikipedia.org/wiki/Datei:Jonas_Subjektivit%C3%A4t_Ausl%C3%B6ser_Kegel.jpg#/media/File:Jonas_Subjektivit%C3%A4t_Ausl%C3%B6ser_Kegel.jpg)

Na figura, os símbolos de  $x$  a  $x''''$  representam os *pontos desencadeantes* do movimento; as letras  $a_0$ ,  $a_1$ ,  $a'_1$  são as posições e  $t_0$  e  $t_1$  são o tempo inicial e final. O experimento mental tem como objetivo ilustrar, de forma muito precária e manca, o *princípio desencadeante* que, imperceptível no plano macroscópico, determina todo o movimento posterior. Os pontos de  $x$  a  $x''''$  representam possibilidades de uma interferência que não estão determinadas *a priori*, mas que, uma vez escolhida uma entre elas, por um motivo ou outro (o que não importa no experimento mental), fará o cone seguir um percurso de queda da posição  $a_0$  à posição  $a_1$  ou  $a'_1$ , do tempo  $t_0$  ao tempo  $t_1$ . Tal percurso seguirá, a partir do ponto desencadeante, um conjunto de leis determinísticas, facilmente observáveis no macrocosmo.

O experimento mental quer fazer uma passagem para o modelo de interação psicofísica. O espaço onde o modelo se realiza é, certamente, o cérebro. Jonas imagina que entre o cérebro e a mente (espírito livre) haja uma parede porosa numa zona quântica, regida por leis não determinísticas que tornam possível a ação livre do espírito e não quebram as leis físicas do mundo macrocósmico, mas lhe são complementares. O modelo concebe pontos desencadeantes A, B, C... nas vias nervosas do cérebro que enviam um possível comando  $a$ ,  $b$  ou  $c$  para a faculdade motora, correspondendo a um “sim ou não” das ações  $a$ ,  $b$ ,  $c$ <sup>15</sup>. Veja o diagrama abaixo:

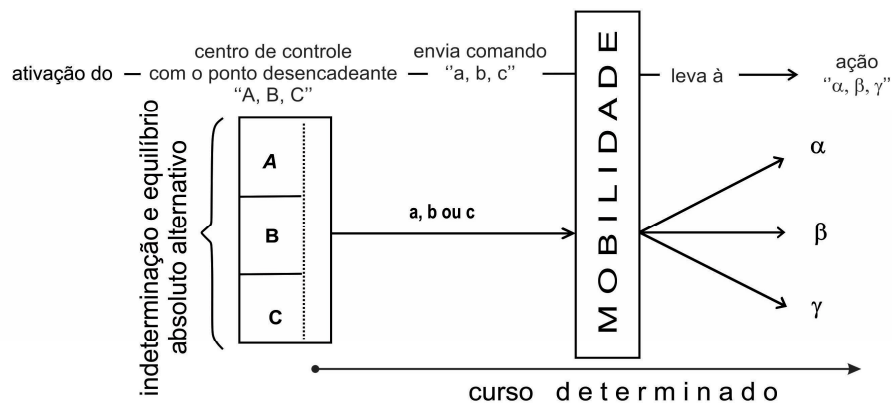


Figura 2: Modelo de interação psicofísica<sup>16</sup>

O modelo pressupõe uma relação de continuidade entre o microcosmo, regido por leis probabilísticas e o macrocosmo, feito de leis determinísticas. O impulso/força que

<sup>15</sup> Cf. JONAS, H. *Macht oder Ohnmacht der Subjektivität?* Das Leib-Seele-Problem im Vorfeld des Prinzips Verantwortung. Shurkamp taschenbuch, 1987, p. 72.

<sup>16</sup> [https://de.wikipedia.org/wiki/Datei:Jonas\\_Subjektivit%C3%A4t\\_Ausl%C3%B6ser\\_efferente\\_Nervenbahnen.jpg#/media/File:Jonas\\_Subjektivit%C3%A4t\\_Ausl%C3%B6ser\\_efferente\\_Nervenbahnen.jpg](https://de.wikipedia.org/wiki/Datei:Jonas_Subjektivit%C3%A4t_Ausl%C3%B6ser_efferente_Nervenbahnen.jpg#/media/File:Jonas_Subjektivit%C3%A4t_Ausl%C3%B6ser_efferente_Nervenbahnen.jpg)

atua nessa zona quântica é imperceptível no macrocosmo, mas uma vez que ela atua nos pontos desencadeantes A, B ou C, coloca em atividade todo um processo neuronal que seguirá as leis próprias da atividade cerebral, química e física até realizar a ação muscular do corpo. A energia inicial aplicada em um dos pontos desencadeantes, segundo Jonas, não quebra qualquer lei física do macrocosmo, pois a força aí exercida é muito pequena, quase um “nada de força”. Jonas propõe que a zona probabilística do mundo quântico daria espaço para uma ação do espírito, que “escolheria” o ponto desencadeante segundo suas opções livres. Essa tese procura *compatibilizar* as leis probabilistas e deterministas do micro e macrocosmo com a concepção de liberdade do espírito. Jonas sugere que na esfera em que o espírito escolhe livremente uma ação (nos estados puramente mentais) aconteceria a influência de uma *força* capaz de gerar no nível quântico um crescimento energético, de magnitude tão pequena e imperceptível no macrocosmo, que influenciaria os pontos desencadeantes e geraria todo o movimento posterior até a ação corporal.

Importante nesse modelo é esta *força* injetada no mundo físico, que segundo Jonas, não quebraria a lei física de conservação da energia, seja porque é tão fraca para o mundo subatômico, seja porque o próprio princípio de conservação da energia deveria abrir espaço para incluir a força advinda da subjetividade. Jonas ilustra a interação através de uma parede porosa que filtra a quantidade de força/energia que entra e sai do mundo físico para o mental e vice-versa. De fato, a interação causal não acontece apenas de cima-para-baixo, mas também do corporal para o mental, ou seja: o mental influencia o corporal tanto quanto o corporal causa nossas percepções do mundo físico. A imagem utilizada por Jonas é parecida com o fenômeno da osmose nos organismos vivos. A parede porosa filtra a irrisória quantidade de energia/força que passa de um lado para o outro, mudando a natureza da força de acordo com o lado em que se encontra. O diagrama abaixo ilustra esta ideia.

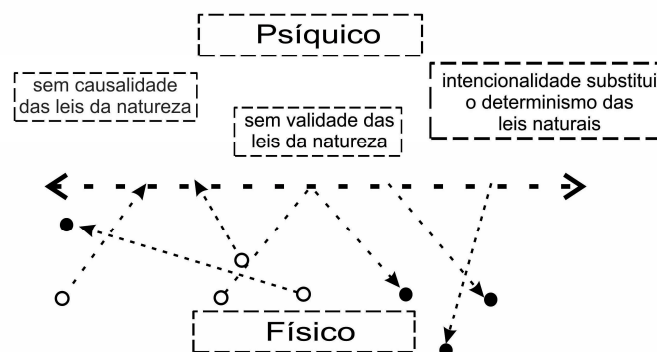


Figura 3: “Parede porosa” entre o psíquico e o físico<sup>17</sup>

Jonas reconhece que qualquer modelo de interação entre espírito e matéria, terá como zona de contato um campo quântico, capaz de mediar o lado físico com o não físico.

O ponto de união tem as características tentadoras de um umbral. Atravessá-lo, isto é, avançar do raciocínio da possibilidade e da determinação de seu *situs* físico para a explicação (exposição) do intercâmbio mesmo, implica um modelo teórico cujos termos não estão tomados nem de um lado nem de outro da disjunção: um *tertium quid*, neutro a respeito de sua alternativa e no qual nenhum dos lados se aliena a si mesmo por assimilar-se ao outro, porém que está em disposição de fazer compreender algo assim como uma transmutação, conversão ou qualquer tipo de trânsito entre ambos. Por enquanto não temos à vista um modelo como este<sup>18</sup>.

Esta zona intermediária ou *tertium quid* da interação pode consistir numa zona quântica do ponto de vista científico, mas na perspectiva última e filosófica não pode consistir senão naquela dimensão onibrangente que a FES chama de dimensão da Entitatividade, como veremos na sistematização do modelo de Jonas.

### Do modelo intuitivo ao modelo sistemático

O modelo especulativo de Jonas traz muitos elementos intuitivos, que precisam ser retomados num quadro teórico mais abrangente. Nosso intuito neste tópico é mostrar como os princípios PFH, PCH e PCC da FES podem corroborar o modelo de Jonas a ponto de adequá-lo para uma discussão sistemática. Além disso, é importante oferecer uma concepção mais adequada de causalidade ao modelo capaz de explicar uma interação entre a força do lado mental e a energia do lado neuronal. Por fim, o modelo de Jonas precisa de um horizonte mais abrangente, para além da dualidade mente-corpo, capaz de eliminar qualquer *gap* ontológico entre as duas dimensões.

[1] O primeiro passo, portanto, é coadunar o modelo jonasiano com os princípios da FES. O PFH afirma que mental e físico pertencem a um todo sistemático, sendo que o aparecimento da vida e do mental no processo evolutivo se explica por *desdobramento* de potencialidades já existentes no mundo físico. O monismo integral de Jonas também é do mesmo parecer. Em “Matéria, espírito e criação”<sup>19</sup>, Jonas afirma que o espírito não

<sup>17</sup> [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jonas\\_Subjektivit%C3%A4t\\_Modellbildung\\_Schema.jpg#/media/File:Jonas\\_Subjektivit%C3%A4t\\_Modellbildung\\_Schema.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jonas_Subjektivit%C3%A4t_Modellbildung_Schema.jpg#/media/File:Jonas_Subjektivit%C3%A4t_Modellbildung_Schema.jpg)

<sup>18</sup> JONAS, H. *Macht oder Ohnmacht der Subjektivität?* Das Leib-Seele-Problem im Vorfeld des Prinzips Verantwortung, p. 115.

<sup>19</sup> JONAS, H. *Matéria, espírito e criação*, Petrópolis: Vozes, 2010, p. 24.



estava presente na matéria como um *logos cosmogônico*, como pensam os pampsiquistas, mas como um *eros cosmogônico* capaz de indicar a direção do processo evolutivo, que se desenrola através da causalidade eficiente. O PFH esclarece melhor esta ideia. Se o espírito não pode ser reduzido à matéria (como vimos no argumento contra o fisicalismo) e ele apareceu no processo evolutivo, então é porque a dimensão espiritual já estava presente desde o início como uma potencialidade ontológica. É fácil concluir que, tanto o monismo integral de Jonas quanto o PFH, são contrários a um fechamento causal do mundo físico (PFC), que se funda sobre a redução ontológica do mental. Por exemplo, o modelo de Jonas tenta explicar como poderia o mental injetar alguma força no mundo físico sem quebrar o princípio de conservação da energia. Jonas explica que este princípio deveria incluir não somente a energia física, mas também a força advinda do mental, assim como a força que entra no mundo psíquico advindo do mundo físico. Dessa forma, aconteceria uma troca de força/energia entre mental e físico, o que balancearia o ganho e perda de força/energia entre as duas dimensões, garantindo o princípio de conservação da energia (entendido de forma mais alargado). O PFH corrobora a ideia de Jonas mostrando que mundo físico e mundo mental pertencem a um mesmo *todo* e, por isso, não há porque excluir *a priori* a força do mental na concepção do princípio de conservação de energia<sup>20</sup>. A abertura do físico à força do mental explica, melhor que o reducionismo do PFC, como surge, por exemplo, no sistema físico aquela força anti-entrópica capaz de aumentar a organização do mundo físico através do progresso humano, sem que o caos, assegurado pela segunda lei da termodinâmica, reine nos sistemas físicos e socioculturais.

O princípio da configuração holística (PCH) também aperfeiçoa o modelo de Jonas, mostrando que a superveniência dos estados mentais sobre os estados físicos não é aquela máxima de Kim, mas apenas uma interdependência, na qual a irreducibilidade do mental é revelada em sua função semântico-intencional. Nesse ponto surge um problema para o modelo de Jonas, resolvido pelo PCH. O modelo afirma que o espírito escolhe livremente os pontos desencadeantes A, B ou C, que ativam um processo físico-neuronal de determinação até desembocar no movimento do corpo. Contudo, como afirmam o PCH e o PS de Kim, também estas “decisões livres” têm uma base física,

---

<sup>20</sup> Como se sabe, o princípio de conservação da energia demonstra que não há criação ou perda de energia, mas apenas transformação de uma forma de energia em outra. Por exemplo, a energia elétrica pode se transformar em energia térmica, a energia elástica pode se transformar em energia cinética etc. Embora a ideia pareça estranha à física hodierna, a partir de uma intuição filosófica, poder-se-ia postular a transformação da força mental num outro tipo de energia física, como o modelo de Jonas sugere e uma teoria abrangente do Ser poderia corroborar.

levando à desconfiança de Kim de que a força a produzir o desencadeamento dos pontos A, B ou C venha da base física e não do mental. Kim defende que a força veio da base física porque entrou no sistema físico uma quantidade de energia, fato que não seria explicado senão através de uma causa física (segundo o seu PFC). Como vimos, esta conclusão de Kim não faz jus aos elementos semânticos-intencionais do mental. Já o PCH explica que a superveniência do mental sobre o físico não consiste numa relação *one-to-one*, ou seja, não é uma função *bijectiva*, como se cada mínima nuance mental correspondesse a um férmion/bóson no mundo quântico. Devido à característica fundamental da *coextensividade intencional* do mental, pode-se afirmar uma *desproporção* entre mental e físico, vale dizer: a base física tem uma extensidade sempre menor que a do mental.

Um exemplo talvez ilustre este fato. Imaginemos que Pedro prometa visitar Paulo no “domingo”. Paulo entende que a visita se dará no domingo mais próximo, digamos, no dia 24.10.2021. No entanto, Pedro tinha a intenção de visitá-lo no domingo seguinte a esse, ou seja, no dia 31.10.2021. Certamente, o estado mental de Pedro estava acompanhado de estados neuronais. Se Paulo quisesse descobrir a real intenção de Pedro, apenas observando as regiões afetadas de seu cérebro, mesmo que pudesse descobrir que suas sinapses indicam certo desejo (admitamos, mesmo, que um super mapa neurológico pudesse descobrir que Pedro deseja visitá-lo num domingo), jamais descobriria que Pedro intencionava visitá-lo neste determinado domingo, dia 31.10. Como “domingo” é um termo indexical, sua abrangência intencional é praticamente infinita, embora em nosso caso, possa significar somente qualquer domingo entre o dia do encontro de Pedro com Paulo, até o domingo que antecede a morte de Pedro. O importante aqui é notar que a base neuronal do indexical “domingo” não tem porque mudar, mostrando que a extensão semântico-intencional é maior que a extensão da base física e que a superveniência do mental sobre o físico não é *bijectiva*.

A explicação acima ajuda a entender como o modelo de Jonas vem aperfeiçoado também pelo princípio de complementaridade causal (PCC). O modelo de Jonas sugeria a possibilidade de haver um “puramente mental” capaz de desencadear os pontos A, B ou C em alguma zona quântica do cérebro. O PCH mostra que há sempre uma base física subveniente para o mental, mesmo que estados mentais transbordem sua base física. A consequência é que o mental nunca age de forma “isolada”, como se estivesse sozinho de um lado da parede porosa. Ao contrário, o mental age sempre em conjunto com uma base

física qualquer. O PCC mostra que há uma complementaridade entre causa necessária e suficiente entre mental e físico da seguinte forma: a configuração psicofísica constitui um INUS, ou seja: afirmar que houve um *input causal* do mental sobre o neuronal (digamos, uma escolha livre de Pedro, que o faz levantar o braço para votar) significa dizer que uma configuração psicofísica (com uma dimensão mental e uma base física) foi aquela estrutura não *necessária, mas suficiente* para produzir um efeito, sendo que a dimensão mental representou a parte *insuficiente, mas não redundante* e a base neuronal representou a parte *necessária, mas não suficiente* para produzir o efeito. Esta solução não dá espaço para uma interpretação *à la* Kim, como se o efeito tivesse sido produzido apenas pela base física, fazendo do mental algo supérfluo ou reduzível ao físico. Como vimos, tal conclusão exclusivista ou reducionista do mental não faz jus ao mental *qua* mental e acaba revelando profundas lacunas explicativas.

[2] Cabe agora afrontar o problema da interação através de uma concepção mais apurada de causalidade. Quando afirmamos que, na configuração psicofísica, o mental *qua* mental pode influenciar o mundo físico, exercendo um poder seu próprio, precisamos oferecer uma teoria causal capaz de conectar um poder psíquico a um efeito físico. Em outros termos, assumindo o PFH e rejeitando o PFC. A concepção aqui defendida entende a causalidade como transmissão de fatos primos dentro de uma configuração causal. Jonas em seu modelo mostrou que acontece na interação a transmissão de uma *força* do lado do mental para o lado físico. Como tal força mental se transformou em energia durante o processo de transferência é algo a não ser aqui analisado. A razão dessa lacuna explicativa é que nos encontramos numa zona quântica ainda desconhecida do ponto de vista científico. Contudo, num modelo filosófico, podemos assegurar as condições últimas de tal transformação mostrando que entre a força mental e a energia física não existe uma radical descontinuidade. A ideia mais coerente é assumir que haja um *link* entre os dois tipos de força, capaz de garantir a transferência e transformação da força de uma região para outra. Mesmo não conhecendo a natureza próxima desta transferência/transformação, podemos entender sua natureza última da seguinte forma: aquilo que passa do lado do mental para o lado físico constitui um *fato primo disposicional*.

Fatos primos têm diferentes naturezas ontológicas: mentais, físicas, institucionais, éticas, estéticas etc<sup>21</sup>. Esta diferença poderia sugerir que não é possível algo como uma

---

<sup>21</sup> Para entender a compreensão ontológica da FES ver VIANA, W.C. *A filosofia estrutural-sistemática: uma análise interpretativo-sistemática*, São Leopoldo: Unisinos, 2019.

transferência/transformação de fatos primos entre dois âmbitos ontológicos diferentes, como são o mental e o físico. No entanto, a diferença ontológica não é absoluta, mas apenas uma diferença relativa, uma vez que a dimensão oníabrangente do Ser garante uma conexão íntima entre todos os tipos de fatos primos. De forma concreta, pode-se imaginar que o poder causal de um fato primo mental, imbuído de conteúdos semânticos-intencionais, seja transferido para o lado físico, transformando sua natureza de mental para física. A lacuna explicativa de *como* isto ocorre, pode causar grande insatisfação a fisicalistas. No entanto, o próprio Kim concede uma lacuna explicativa não menor que esta em sua redução funcional do mental ao físico. Ele afirma que a redução acontece da seguinte forma: o poder causal do mental deve ser reduzido a um poder físico, capaz de exercer a *mesma função* que o mental exerce. Esta solução não apenas não explica *como* acontece tal redução, mas leva à desconsideração total do mental *qua* mental na produção de um efeito. Nosso modelo, por outro lado, embora também assumindo uma lacuna explicativa, procura resgatar a continuidade entre o poder do mental e o poder do físico-neuronal, sem cair em incoerências maiores devido à redução do mental. Em resumo, enquanto a lacuna de Kim é “deficitária” no sentido radical de que “contorna” o problema, não oferecendo saída de aprofundamento da questão, a FES elabora um modelo capaz de ser melhorado e aprofundado, a fim de se adequar aos dados da experiência. Essa diferença entre os dois tipos de “lacunas explicativas” não se pode subestimar.

No modelo aqui elaborado, o caso mais simples de se resolver constitui aquele da influência do mental sobre o físico. Porém, para um modelo fisicalista, a explicação deste fenômeno não é tão fácil. De fato, para o fisicalista, a influência de um mental sobre outro acontece a partir da base físico-neuronal. Contudo, essa explicação traz consigo a obrigação de aceitar que elementos semânticos são elaborados na base neuronal. Tomemos o tradicional silogismo:

1. Todo homem é mortal
2. Sócrates é homem
3. Logo, Sócrates é mortal

A interação entre a premissa maior e a premissa menor “causa” (influencia, determina) a conclusão. Segundo o PCH e PS de Kim, todas as sentenças do silogismo têm uma base física, mas à diferença do PCH, Kim afirma que a conclusão foi causada

por uma base física com os mesmos poderes semânticos-intencionais das sentenças. De fato, para Kim, tudo acontece na base física, levando à estranha ideia de que o conteúdo semântico da conclusão tenha sido deduzido *nas* interações neuronais. Como entender que o termo médio “homem” nesse silogismo tenha intermediado a conexão entre “Sócrates” e “mortal”, simplesmente passando entre férmions e bósons no cérebro? A FES explica o fato de outra forma. A interação entre as premissas ocorre na dimensão espiritual, mesmo que cada uma das sentenças apresente bases físico-neuronais. Pode-se dizer, *grosso modo*, que na interação dessas premissas acontece a dedução do fato primo “mortalidade” da configuração “homem” na configuração “Sócrates”, ocorrida na conclusão. Isto significa que a FES tem menos dificuldade para explicar a causalidade entre estados mentais, uma vez que entende estarem os elementos semânticos no seu “espaço” espiritual próprio.

[3] Por fim, pode-se corroborar o modelo de Jonas a partir da unificação última das duas dimensões através da dimensão onibrangente do Ser. Com a dimensão da Entitatividade, a FES dilui o secular problema da interação mente-corpo, iniciado por Descartes. De fato, a incoerência básica de Descartes constitui assumir uma interação entre duas substâncias completas e radicalmente diferentes, como se *res cogitas* e *res extensa* pertencessem a dois mundos paralelos e intocáveis. A partir desse pressuposto, restam apenas duas soluções possíveis: ou se elimina/reduz um dos polos ou se renuncia à interação. O problema é que tanto a primeira quanto a segunda solução contradizem intuições muito fortes, seja aquela da originalidade do mental, seja aquela da sua eficácia no mundo físico. A FES começa a resolver a questão de forma muito simples, a saber: lembrando que toda diferença pressupõe sempre uma unidade, ou seja, nunca se poderia distinguir o mental do físico se não fosse pressuposta uma dimensão comum entre os dois. De forma concreta, mental e físico pertencem ambos à dimensão da Entitatividade, eles são dois *modos* diversos do mesmo Ser enquanto tal e, por isso, estão conectados intrinsecamente, não havendo razão para negar uma interação entre eles. O modelo interacionista de Jonas, como toda a sua ontologia da vida e ética, pressupõem, mas não desenvolvem uma teoria onibrangente do Ser.

## Conclusão

O que foi dito até aqui nos leva a um ponto conclusivo, mas não menos importante. Muitas vezes, trata-se a interação mente-corpo como se quiséssemos explicar o

comportamento humano a partir de duas bandas que se unem *posteriormente* por um nexos causal. Corre-se o risco de cair facilmente numa falácia mereológica, em que uma parte é tomada pelo todo ou uma instância subpessoal age como se fosse a pessoa. Não é raro ler afirmações do tipo: “o cérebro toma as decisões”, “o gene determina a liberdade” etc. Ora, o cérebro, um gene, o inconsciente não tomam nenhuma decisão. Quem toma alguma decisão é a pessoa como um todo. Até mesmo afirmações como as feitas acima de que a interação acontece numa região quântica do cérebro não deve levar à concepção de que a dimensão espiritual da pessoa se “localiza” apenas no cérebro. A dimensão espiritual está presente no corpo como um todo, ainda que a consciência da pessoa seja um fenômeno ligado a certas regiões do cérebro. Assim, a ação humana não é fruto do mental apenas ou do neurológico apenas, mas resultado da unidade psicofísica chamada pessoa, como nos lembra Brüntrup:

A forma lógica de uma relação causal normal é a seguinte: evento A causou evento B. Por exemplo, a colisão entre bolas de bilhar. Mas, a forma de uma ação humana é bem diferente. Não é um evento A que causa um evento B, mas uma pessoa P executa uma ação H a partir de um motivo G<sup>22</sup>.

Na FES, o todo psicofísico recebe o nome de *configuração pessoal* devido à unidade especial dos diversos fatos primos nela envolvidos<sup>23</sup>. O fator configurador da pessoa constitui aquele ponto de unidade sistemático-ontológico irreduzível, que permeia todos os fatos primos e se articula no dizer “eu”. É este “eu psicofísico” quem age e causa efeitos no mundo físico. Em resumo, qualquer esforço de compreensão das partes e sua interação não pode ignorar o fato *anterior* de que existe ali um todo configuracional que age livremente envolvendo todas as suas dimensões: corporal, psicológica e espiritual.

### Referências bibliográficas

ANSCOMBE, G.E.M/Geach, P.T. *Descartes: Philosophical Writings*. Indianapolis: Bobbs-Merrill Company, 1954.

BIERI, P. “Generelle Einleitung”, In: *Analytische Philosophie des Geistes*. Königstein: Hain, 1997.

<sup>22</sup> BRÜNTRUP, G. *Theoretische Philosophie*. München: Komplet-Media GmbH, 2011, p. 115.

<sup>23</sup> Desenvolvemos a compreensão da pessoa como uma configuração de fatos primos em Viana, W.C. “A teoria holístico-configuracional de pessoa na filosofia estrutural-sistemática”, In: *Síntese*, Belo Horizonte (forthcoming).

BRÜNTRUP, G. *Das Leib-Seele-Problem: Eine Einführung*. 3. Auflage, Stuttgart: Kohlhammer, 2008.

\_\_\_\_\_, *Theoretische Philosophie*. München: Komplet-Media GmbH, 2011.

DESCARTES, R. *Méditations métaphysiques*, Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

JONAS, H. *Macht oder Ohnmacht der Subjektivität? Das Leib-Seele-Problem im Vorfeld des Prinzips Verantwortung*. Shurkamp taschenbuch, 1987.

\_\_\_\_\_, *Matéria, espírito e criação*, Petrópolis: Vozes, 2010.

KIM, J. *Physicalism, or something near enough*, Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2005.

\_\_\_\_\_, *Philosophy of mind*. 3<sup>rd</sup>. ed. Boulder, CO: Westview Press, 2011.

MACKIE, J.L. *The Cement of the Universe*, Oxford: Oxford University Press, 1974.

PUNTEL, L.B. *Estrutura e ser. Um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática*. Trad. Nélio Schneider, São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2008.

\_\_\_\_\_, “Response to Prof. Sovik’s Letter”, 2015 (texto não publicado).

VIANA, W.C. *Hans Jonas e a filosofia da mente*, São Paulo: Paulus, 2016.

VIANA, W.C., *A filosofia estrutural-sistemática: uma análise interpretativo-sistemática*, São Leopoldo: Unisinos, 2019.

VIANA, W. C. “A Filosofia Estrutural-Sistemática e o problema da causalidade”, In: *Gregorianum*, Roma (forthcoming).

VIANA, W.C. “A teoria holístico-configuracional de pessoa na filosofia estrutural-sistemática”, In: *Síntese*, Belo Horizonte (forthcoming).

Recebido em: Julho de 2021  
Aprovado em: Agosto de 2021